

GESPAÇOS

Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Relatório e Contas 2017

[Handwritten signature]

Índice

Mensagem do Conselho de Administração

1. Introdução
2. Apreciação Global de Gestão
 - 2.1. Consolidação de Estratégias prosseguidas
 - 2.2. Desenvolvimento dos Projetos
 - 2.2.1. Escolas de Natação e Pólo
 - 2.2.2. Desporto escolar
 - 2.2.3. Apoio ao desporto
 - 2.2.4. Natação para alunos deficientes
 - 2.2.5. Manutenção
 - 2.2.6. Recreação
 - 2.2.7. Aeróbica
 - 2.2.8. Ginásio
 - 2.2.9. Hidroginástica
 - 2.2.10. Hidro Cycling
 - 2.2.11. Promoção do desporto
 - 2.2.12. Projeto Sénior
 - 2.2.13. Outros projetos
 - 2.2.14. Frequência do complexo das Piscinas
 - 2.3. Responsabilidade Social
 - 2.4. Divulgação de projetos e atividades
 - 2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços
3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

Situação Económica e Financeira

1. Enquadramento macroeconómico
2. Situação da Empresa
 - 2.1. Rendimentos e Gastos
 - 2.2. Resultados
 - 2.3. Situação Patrimonial
 - 2.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
 - 2.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
 - 2.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social
 - 2.7. Factos relevantes
 - 2.7.1. Acordo de pagamento com o fornecedor AdPF

Evolução previsível da Empresa

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerações Finais

Anexo ao Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao entrar no seu quarto ano de mandato, o atual Conselho de Administração, que tomou posse a 12 de fevereiro de 2014, apresenta agora o **Relatório e Contas do ano de 2017**, o terceiro que é integralmente da sua responsabilidade.

Depois do resultado negativo (em cerca de 400 mil euros) apresentado no exercício de 2013, a consolidação das contas da Gespaços nos exercícios seguintes de 2014, 2015, 2016 e agora 2017, é um facto capaz de transmitir o trabalho exaustivo na manutenção da credibilidade da empresa e da implementação de uma nova dinâmica na relação com os utentes. Foi este empenho e dedicação de toda a estrutura da Gespaços que permitiu atingir o objetivo a que nos propusemos, ou seja, manter a empresa com resultados sustentáveis.

Assim, olhamos para o ano de 2017, como mais um ano em que foram ultrapassados enormes desafios e muitas dificuldades, pese embora ter sido possível atingir as principais metas a que se propôs esta administração da Empresa Municipal. Essencialmente, após a inversão da tendência de diminuição de utentes, problema que se vinha a sentir desde 2012 e acentuada no segundo semestre de 2013, foi possível estabilizar o número de utilizadores dos espaços nos anos posteriores.

Como entidade executória das políticas do Município e competindo à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio, lazer e cultura, tudo tem sido feito de forma contratual e com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

A gestão eficiente dos recursos públicos foi, é e será, uma obrigação assumida pelo Conselho de Administração, sempre com uma preocupação diária em melhorar a qualidade da prestação de serviços a todos os munícipes, nomeadamente aos seus utentes.

Em nome do Conselho de Administração não podemos deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão às seguintes pessoas/entidades:

- Ao acionista único da Empresa Municipal, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a Gespaços, pela colaboração na divulgação do protocolo que tem potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;
- A todos os munícipes, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços, as Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais, enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na prestação de um serviço público de qualidade, e o Parque Urbano de Paços de Ferreira enquanto

equipamento de lazer e bem-estar, que proporciona à cidade e aos cidadãos um alargamento da dinâmica de fruição dos acessos e interligações urbanas entre as ruas que o ladeiam e os equipamentos e serviços de lazer circundantes numa perfeita relação de continuidade;

- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que durante o ano de 2017 fizeram e suportaram, sendo certo que também existimos por eles e para eles.
- Aos fornecedores, que continuam a mostrar uma grande confiança na Gespaços.

Paços de Ferreira, 23 de março de 2018


José Henriques Soares

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Dando cumprimento ao preceituado no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. (“Gespaços”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2017.

1. Introdução

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e 55/2011, de 15 de Novembro, no seu artigo nº 70, a Gespaços ficou obrigada “a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.” Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser “*Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.*”

2. Apreciação global da gestão

A Empresa Municipal foi constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Desde logo se apresentou, pelo seu objecto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua atividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir, incluindo equipamentos culturais e de lazer.

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, como vimos, o objeto social da Gespaços passou a ser “*Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.*”

A Empresa tem vindo a prestar ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa, na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Os apoios ao movimento associativo desportivo têm sido processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.

A Empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspectiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Interfreguesias.

Na gestão dos equipamentos, a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

Sendo 2017 o décimo sétimo ano de existência da Empresa Municipal, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas, mantendo uma boa relação com os seus clientes/utentes;
- Desenvolvimento dos projetos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da atividade da Gespaços e dos seus projetos;
- Rentabilização dos serviços e das infra-estruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal n.º 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período noturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira), bem como os polivalentes dos Centros Escolares e da Escola Secundária de Freamunde.
- Gestão, quanto à limpeza e vigilância do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme havia sido protocolado com o Município de Paços de Ferreira, através do Contrato-Comodato.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela Empresa que materializaram a estratégia definida durante o período de 2016:

2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas

A Gespaços tinha, aquando da sua criação, como objecto social a construção, manutenção, exploração e conceção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, acionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como a entidade capaz de prosseguir os objectivos do município e concedeu-lhe a enorme responsabilidade da gestão de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente os Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). Ainda a partir de Janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em Janeiro de 2009 foi celebrado um Contrato Programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em Abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF, para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A orientação da Administração da Empresa passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do mesmo, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo transferiu em 19 de Março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF. Com a equipa de limpeza e manutenção, entretanto reforçada, existente na Empresa Municipal, foi possível alargar a prestação deste tipo de serviços a outros equipamentos municipais.

Relativamente à promoção do desporto, deu-se continuidade ao trabalho de apoio aos clubes, sendo o Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. O Projeto Sénior teve continuidade, tendo em vista combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*".

A abertura, em 2012, do Parque Urbano de Paços de Ferreira permitiu a todos os munícipes disfrutar de um espaço amplo no centro da cidade, com áreas de lazer, desporto e com a Casa da Eira com uma imagem renovada e adequada e à altura da qualidade do espaço que integra. A Gespaços tem contratualizado com o Município de Paços de Ferreira a gestão deste equipamento, no que concerne à limpeza e vigilância do mesmo.

Neste domínio, como em todos os anteriores, manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.



2.2. Desenvolvimento dos Projetos

Concluídos e fechados que estão os projetos no âmbito da eficiência energética, que abrangeram a Piscina de Paços de Ferreira, Piscina de Freamunde, Pavilhão de Paços de Ferreira e Pavilhão de Modelos, importa agora consolidá-los e aferir da sua sustentabilidade em velocidade cruzeiro, tendo sido já concluída a instalação da caldeira a *pellets* na piscina de Freamunde, à imagem do que foi feito em Paços de Ferreira.

Por outro lado, a Gespaços viu fechada a candidatura ao QREN/ON2, apresentada em regime de *Overbooking*, referente ao Fornecimento e Montagem de Equipamento Desportivo, para o Pavilhão de Paços de Ferreira, tendo já recebido o montante financiado.

2.2.1. Escolas de natação e pólo

Durante o ano de 2015, a empresa deu consequência ao plano estratégico delineado pelo executivo municipal, incrementando a prática da natação e afins no seu sentido lato da palavra, pela população do concelho de Paços de Ferreira, criando um universo de utilizadores/utentes que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

Consolidada que foi a autonomização das actividades aquáticas (natação e pólo aquático), com a criação **Clube Aquático Pacense**, a Gespaços manteve o mesmo apoio ao clube para a dinamização e promoção das suas actividades ao nível competitivo, justificando a existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

A Gespaços garante ainda a todos, o ensino da natação em quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica, hidroterapia, hidrocyling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e coletivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados. Contudo, a empresa pretende aumentar e estender o seu leque de utentes, a todos aqueles que pretendam usufruir do espaço, quer seja piscina, ginásio ou outros, de uma forma livre, sem compromisso horários ou professores de acompanhamento.

2.2.2 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa denominado “Vamos Aprender a Nadar”, destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este

programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira, das escolas EB 2.3 de Eiriz, Frazão, Meixomil e de Freamunde, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo integrados no Programa “Vamos Aprender a Nadar”, registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

A empresa tem adotado uma política de promoção desta atividade junto dos agrupamentos escolares, procurando assim que o desporto chegue a um leque mais alargado de pessoas, de acordo com as orientações estratégicas emanadas do acionista único da empresa.

2.2.3 Apoio ao desporto

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira. O GAA tem ainda colaborado em algumas atividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se o papel relevante na organização dos Jogos Interfreguesias dos últimos anos. A Gespaços continuou com a responsabilidade de organização destes Jogos em 2016, dando seguimento a uma das ações de sucesso dos últimos anos.

Assim, assumindo na plenitude a função de apoio para a política desportiva da Câmara Municipal, a Gespaços, em conjunto com os técnicos da autarquia que se encontram ao seu dispor, operacionalizaram um conjunto de atividades que envolveram milhares de pacenses, em diversas modalidades, tal como foi oportunamente difundido pelos órgãos de comunicação social.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente atualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através da operacionalização prestada aos clubes com as inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).

2.2.4 Natação para alunos com deficiência

Tem sido usual ao longo do últimos anos apoiar um grupo de pessoas com deficiência, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa “Acesso aos Deficientes”, permitindo o acesso gratuito aos cidadãos portadores de deficiência superior a 60%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, possibilitando, assim, a prática de atividades aquáticas e algumas atividades “cardio-fitness”, no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

2.2.5 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

2.2.6 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, tendo registado uma utilização com número de utilizadores interessante nos últimos anos. A frequência deste espaço, que ultrapassou as **24.281 entradas em 2017**, comprova a grande aceitação da população do Concelho e que se trata de um espaço privilegiado de lazer.

2.2.7 Aeróbica

Continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica ao longo do ano de **2017**, com cerca de **89** utentes na sala das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira. Contudo, os números dos praticantes desta modalidade no concelho têm subido exponencialmente com a possibilidade de utilizar os Centros Escolares para o efeito.

2.2.8 Ginásio

A frequência do ginásio continuou a um nível de “frequência elevada” em 2017, com uma procura crescente (durante o ano de **2017**, registaram-se **39.578** entradas no Ginásio), como resultado da política de promoção de angariação de novos utentes levada a cabo pela administração da empresa, com a criação dos “pacote família” e “pacote empresa”, bem como de uma maior pré-disposição dos utentes para atividades cardio e, por outro lado, como resultado da elaboração de planos de treino individualizados e acompanhamento feito por monitor.

2.2.9 Hidroginástica

Esta atividade tem merecido uma significativa adesão por parte das utentes, existindo ao longo de 2017, em termos médios, cerca de **239** inscritos em Paços de Ferreira e **167** inscritos em Freamunde, revelando um acréscimo substancial de utentes.

2.2.10 Hidro Cycling

Esta modalidade em termos médios, no ano de **2017 contava com 57** utentes inscritos em turmas, em Paços de Ferreira e em Freamunde, o que significa a manutenção do número de aderentes a esta atividade no ano findo.

2.2.11 Promoção do desporto

Ao longo dos últimos anos a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas atividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos jovens do Concelho e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático. Durante o ano de 2016, organizámos conjuntamente com a ANNP (Associação de Natação do Norte de Portugal) e FPN (Federação Portuguesa de Natação), em média, 1 evento por mês. A Empresa tem apostado na realização desses eventos, pois é uma forma de promoção do desporto e uma forma de dar a conhecer Paços de Ferreira a milhares de visitantes que acompanham os respectivos atletas em competição.

2.2.12 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*", onde a principal preocupação da Gespaços e do Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a "mexer", procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas, mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua qualidade de vida. Numa atitude descontrainda, a hidroginástica, o *fitness* e o *boccia* estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho (cerca de duas centenas).

Considerando o sucesso que o projecto tem tido, durante o ano de 2017 demos continuidade e incentivamos o apoio ao mesmo.

2.2.13 Outros Projetos

Sob a orientação do município, em 2017 demos continuidade à parceria criada para apoio ao projecto “*Percursos Detalhados*”, que tem por objecto promover a prática desportiva, nomeadamente de natação e ginásio, junto de outras etnias, sempre sob a orientação de um técnico da Câmara Municipal.

2.2.14 Frequência do complexo das Piscinas

A quantidade de entradas em todas as modalidades, no ano de 2017, resume-se nos seguintes quadros:

Piscinas de Freamunde ano 2017

Actividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Cartão Múltiplo	435	608	702	629	731	684	639	0	644	862	796	491
Hidrobike	100	97	126	96	98	104	93	0	55	108	92	40
Hidroginástica	531	548	740	572	730	736	728	0	578	935	938	563
Natação com Professor	591	698	939	673	886	693	611	0	565	965	1020	731
Natação Mensalidade Ilimitada	145	168	184	148	164	174	155	0	67	80	78	73
Natação Terapêutica	13	13	16	11	16	16	16	0	14	23	18	12
Utilização Livre Piscina	335	365	447	520	438	676	745	0	213	529	457	332
Desporto Escolar	111	118	122	229	98	0	0	0	0	113	100	43
Grupos Privados	43	43	39	61	79	100	43	0	78	91	54	35

Total de Entradas em 11 meses: **32462**

Média de Entradas Mês: **2951**

Média de Entradas Dia: **98**

Piscina de Paços de Ferreira – ano 2017

Actividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	263	226	269	244	348	297	246	0	362	418	338	275
Cartão Múltiplo	3514	3561	4158	3315	3442	3358	3159	0	2929	3739	2884	2615
Hidrobike	163	136	144	125	142	133	125	0	122	163	137	102
Ginásio Mensalidade Ilimitada	220	209	311	185	192	161	147	0	102	100	96	123
Hidroginástica	1028	945	1065	775	919	973	1005	0	939	1262	947	867
Natação com Professor	583	567	639	555	584	568	512	0	609	761	582	493
Natação Mensalidade Ilimitada	162	194	198	206	238	202	214	0	257	242	169	191
Natação Terapêutica	4	10	15	8	3	6	7	0	13	22	12	8
Utilização Livre Piscina	568	549	761	716	686	778	1 033	0	828	838	653	509
Utilização Livre Ginásio	113	122	122	101	84	70	66	0	81	105	110	84
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	1861	10364	10599	1457	0	0	0
Desporto Escolar	224	345	203	28	272	31	0	0	7	92	335	112
Grupos Privados	1127	1162	1082	1096	1295	1324	951	0	958	912	1048	900

Total de Entradas em 11 meses: **109619**Média de Entradas Mês: **9965**Média de Entradas Dia: **332**

2.3 Responsabilidade Social

Mantiveram-se em vigor os protocolos de colaboração com a Ordem dos Advogados, Montepio Geral, com a AGM – Associação do Grupo os Mosqueteiros, e com a Universidade Sénior de Paços de Ferreira.

De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços, mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de atividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a atividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Centro Infante-Juvenil "António F. Gomes", QVC, Profisousa, Associação Empresarial de Paços de Ferreira; MaisForm, Colégio Encosta dos Sonhos, Colégio Marca d'Água, entre outros) e as entidades que se dedicam à protecção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

2.4 Divulgação de projetos e atividades

A Gespaços teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projetos e atividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

O site da Gespaços, mais dinâmico e interativo, paralelamente com o *facebook*, tem por objetivo comunicar mais rapidamente com os utentes e, por outro lado, atingir um público-alvo diferenciado.

2.5 Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços

Acima já foram devidamente explanadas as atividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de estes equipamentos terem passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporados no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2017, a gerir estes equipamentos segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão destes Equipamentos Desportivos entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de Agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de Agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida directamente através da Direcção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a Gespaços através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2017 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transmitiu para a Gespaços a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objetivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 2.093,13 Euros, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 5-8-2011.

Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.047,24 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 1.759,74 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo Camarário transferiu em 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF, foram absorvidos nos quadros da Empresa Municipal, a partir de então. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 19-3-2010, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 8.556,65 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Parque Urbano de Paços de Ferreira

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo Camarário transferiu as competências de vigilância / limpeza do Parque Urbano.

Foi celebrado um contrato-programa com a CMPF para Vigilância / Limpeza do Parque Urbano de Paços de Ferreira em 2008, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.364,48 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Importa referir que ainda não foi revisto o Contrato Programa para Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme estipula a cláusula 7ª do atualmente em vigor e datado de 28 de Setembro de 2010, com a alteração verificada em 11 de Janeiro de 2011.

3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Gespaços, durante o ano de 2017, acompanhou a atividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a atividade da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2017, a estrutura de recursos humanos da Empresa era como segue:



Função	Número
Presidente do Conselho de Administração	1
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	5
Nadadores Salvadores	5
Monitores	4
Administrativos	10
Auxiliar Administrativa de Conservador de Museus	1
Manutenção	6
Segurança e Vigilância	10
Limpeza	16
Contratos a Termo	18
Total	79

Assembleia Geral

Conselho de Administração

Fiscal Único

GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo)

Manutenção

Coordenação Técnica

Gestão de Equipamentos Municipais

Administrativo

Gabinete de Imprensa / Marketing

Manutenção de Equipamentos Municipais

Vigilantes

Limpeza

Professores / Monitores / Treinadores

Nadadores Salvadores

Complexo Piscinas Paços de Ferreira

Complexo Piscinas Freamunde

Pavilhão Gimnodesportivo Paços de Ferreira

Pavilhão Gimnodesportivo Modelos

Parque de Lazer

Patinódromo

Museu Municipal do Móvel

Museu da Cítania de Sanfins e Centro Interpretativo

Contabilidade

Tesouraria

Recursos Humanos

Acessos

Faturação



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. Enquadramento macroeconómico

De acordo com a previsão apresentada, o FMI estimou para 2017 um crescimento da economia mundial na ordem dos 3,5%, com natural referência à recuperação da economia dos Estados Unidos e do Japão, continuando a acreditar num melhor desempenho das economias emergentes.

Na Europa, as previsões mais catastróficas de risco eminente de deflação, não se verificaram, estimando-se para a economia europeia um crescimento de 2,5% em 2017.

Contudo e sob o efeito da lenta recuperação dos efeitos da crise das Dividas Públicas, o crescimento da economia real está agora em velocidade cruzeiro e com taxas de desemprego mais aceitáveis em 2017. A dívida elevada, pública e privada, associada a uma inflação baixa, os constrangimentos financeiros que limitam ainda a oferta de moeda na economia e a taxa de desemprego agora em valores aceitáveis (8%) deram algum folego à procura doméstica.

Quanto à economia Portuguesa, depois de um bom desempenho em 2016, assente no aumento do consumo das famílias e uma melhoria considerável das exportações, o PIB interno de 2017 cifrou-se um pouco acima do 2,7%, estimando-se para 2018 que se mantenha acima dos 2% de crescimento.

2. Situação da Empresa

Em virtude da empresa ter entrado no décimo sétimo ano de atividade e a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, é possível efetuar uma análise comparativa da evolução do seu património, dos proveitos, dos custos e conseqüentemente dos resultados, relativamente aos períodos anteriores.

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho.

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços, alavancado pelo carácter eminentemente social desses serviços que presta, numa estreita colaboração com o município de Paços de Ferreira.

2.1. Rendimentos e Gastos

Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Neste ponto, depois da recuperação conseguida em 2015, 2016 e consolidada em 2017, mantendo-se a média anual de utentes, por força de um conjunto de políticas de incentivo à utilização dos nossos espaços, foi possível estabilizar economicamente a empresa. Este aumento é notório pelo impacto que teve ao nível das Indemnizações Compensatórias faturadas à Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Contudo, estabilizaram-se os valores faturados aos utilizadores dos Pavilhões Municipais e Pavilhões das EB2 e 3 sob gestão da Gespaços.

	2017	2016	2015
Vendas e Prestações de serviços:	523.707 €	465.588 €	1.521.253 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	209.690 €	163.697 €	1.126.833 €
Utentes	259.267 €	251.846 €	226.779 €
Outras entidades	54.750 €	50.045 €	167.641 €
Subsídios à Exploração	1.578.552 €	1.457.931 €	233.046 €
Subsídios de outras entidades	0 €	0 €	13.235 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.578.552 €	1.457.931 €	219.812 €
Outros Rendimentos e Ganhos	299.474 €	402.495 €	238.834 €
Aluguer de Equipamento	41.399 €	36.349 €	30.188 €
Outros rendimentos suplementares	6.715 €	1.203 €	782 €
Recuperação de dívidas	2.113 €	3.659 €	2.000 €
Imputação de Subsídios para Investimentos	191.401 €	195.810 €	181.880 €
Outros rendimentos e ganhos não especificados	57.846 €	165.474 €	23.985 €
Total ...	2.401.733 €	2.326.014 €	1.993.134 €

	2017	2016	2015
Vendas e Prestações de serviços:	21,81%	20,02%	76,32%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	40,04%	35,16%	74,07%
Utentes	49,51%	54,09%	14,91%
Outras entidades	10,45%	10,75%	11,02%
Subsídios à Exploração	65,73%	62,68%	11,69%
Subsídios de outras entidades	0,00%	0,00%	5,68%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	100,00%	100,00%	94,32%
Outros Rendimentos e Ganhos	12,47%	17,30%	11,69%
Aluguer de Equipamento	13,82%	9,03%	12,64%
Outros rendimentos suplementares	2,24%	0,30%	0,33%
Alienações	0,71%	0,91%	0,84%
Imputação de Subsídios para Investimentos	63,91%	48,65%	76,15%
Outros rendimentos e ganhos não especificados	19,32%	41,11%	10,04%
	100%	100%	100%

Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, que ascenderam a 2.370.727 € em 2017, dividem-se em grande medida:

	2017	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos	614.145 €	475.618 €	497.317 €
Gastos com o Pessoal	1.095.769 €	1.057.769 €	864.001 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	44.385 €	23.184 €	48.769 €
Outros Gastos e Perdas	91.199 €	49.911 €	13.809 €
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	525.229 €	522.575 €	506.457 €
Total ...	2.370.727 €	2.129.057 €	1.930.354 €

	2017	2016	2015
Fornecimentos e Serviços Externos	25,91%	22,34%	25,76%
Gastos com o Pessoal	46,22%	49,68%	44,76%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1,87%	1,09%	2,53%
Outros Gastos e Perdas	3,85%	2,34%	0,72%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	22,15%	24,54%	26,24%
Total ...	100%	100%	100%

- Os Custos com Pessoal em 2017 ascenderam a 1.095.769 €, essencialmente pelo aumento da Salário Mínimo Nacional para os 580 euro/mês (78% dos funcionários da empresa estão alocados ao SMN).
- e pelos FSE no montante de 614.145 €, dos quais de destacam os custos com o combustível utilizado no aquecimento da água, os custos com a eletricidade, água, honorários, limpeza, tratamento químico da água e outros custos com a conservação das piscinas.

Fazendo uma análise rápida à rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, em grandes categorias, podemos facilmente reparar na redução da rubrica outros fluídos, resultante da conclusão do projeto de eficiência energética.

Fornecimentos e serviços externos	2017	2016	2015
Eletricidade	104 796 €	106.636 €	103.268 €
Combustíveis	3 249 €	3.064 €	3.851 €
Água	85 132 €	61.450 €	70.459 €
MAZOOOTE/PALLETS - Outros fluidos	119 728 €	125.750 €	170.941 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	27 565 €	24.797 €	16.763 €
Material de escritório	7 292 €	9.071 €	6.801 €
Rendas e alugueres	0 €	0 €	164 €
Comunicação	4 864 €	4.747 €	5.452 €
Seguros	9 869 €	9.879 €	11.534 €
Deslocações e estadas	0	0	
Honorários	24 003 €	27.594 €	30.745 €
Conservação e reparação	173 686 €	48.969 €	22.568 €
Publicidade e propaganda	0 €	0 €	24 €
Limpeza, Higiene e Conforto	30 411 €	27.436 €	20.528 €
Trabalhos especializados	12 809 €	17.020 €	25.334 €
Outros fornecimentos e serviços	10 740 €	9.204 €	8.885 €
Total	614 145 €	475.618 €	497.317 €

2.2 Resultados

Em consequência dos Rendimentos e Gastos registados em 2017, foi apurado um resultado líquido do período positivo de € 9.671 (nove mil, seiscentos e setenta e um euros).

Resultados	2017	2016	2015
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:	556.236 €	719.532 €	569.238 €
<i>Gastos/Reversões de depreciação e de amortização</i>	<i>-525.229 €</i>	<i>-522.576 €</i>	<i>-506.458 €</i>
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):	31.006 €	196.956 €	62.780 €
<i>Juros e Gastos Similares suportados</i>	<i>-24.782 €</i>	<i>-27.853 €</i>	<i>-40.449 €</i>
Resultado antes Impostos:	6.224 €	169.103 €	22.331 €
<i>Imposto sobre Rendimento do Período</i>	<i>3.447 €</i>	<i>-11.882 €</i>	<i>-6.546 €</i>
Resultado Líquido do Período:	9.671 €	157.221 €	15.785 €

2.3. Situação Patrimonial

Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2017, tal como já o fora em 2016 e 2015, diz respeito à Rubrica – Outras Variações no Capital Próprio (contribuindo para que o total do Capital Próprio ser superior ao Capital Social). Ver nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Capital Próprio	2017	2016	2015
Capital Social:	11.358.894 €	11.358.894 €	11.358.894 €
Resultados transitados:	-570.724 €	-727.945 €	-743.731 €
Outras Variações no Capital Próprio:	558.810 €	685.328 €	826.319 €
Subtotal:	11.346.980 €	11.316.277 €	11.441.482 €
Resultado Líquido do Período:	9.671 €	157.221 €	15.785 €
Total do Capital Próprio:	11.356.651 €	11.473.498 €	11.457.268 €

Passivo

O Passivo da Gespaços apresenta valores que merecem muita atenção. Registou-se, em 2017, uma **diminuição do Passivo Corrente** em relação a 2016, motivado pela liquidação total da conta caucionada e do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, tudo na Caixa Geral de Depósitos, bem como pelo pagamento a fornecedores. A análise detalhada está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2017	2016	2015
Total do Capital Próprio:	11.356.651 €	11.473.498 €	11.457.268 €
Passivo não Corrente	148.544 €	178.534 €	228.394 €
Financiamentos Obtidos	0 €	0 €	0 €
Passivo por impostos diferidos	148.544 €	178.534 €	228.394 €
Passivo Corrente	671.724 €	1.025.771 €	1.286.627 €
Fornecedores	137.766 €	537.592 €	619.920 €
Estado e Outros Entes Públicos	26.404 €	24.079 €	68.733 €
Financiamentos Obtidos	350.000 €	305.000 €	472.727 €
Outras Contas a Pagar	156.555 €	158.100 €	124.247 €
Diferimentos	1.000 €	1.000 €	1.000 €
Total do Passivo:	820.269 €	1.204.305 €	1.515.021 €
Total do Capital Próprio e do Passivo:	12.176.920 €	12.677.803 €	12.972.289 €

	2017	2016	2015
Total do Capital Próprio:	93,26%	90,50%	88,32%
Passivo não Corrente	18,11%	14,82%	1,76%
Passivo Corrente	81,89%	85,18%	9,92%
Total do Passivo:	6,74%	9,50%	11,68%
Total do Capital Próprio e do Passivo:	100,00%	100,00%	100,00%

Ativo

Em 2017, na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2016 mas a faturar à CMPF no decurso de 2017. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ativo	2017	2016	2015
Ativo não Corrente	10.927.494 €	11.424.947 €	11.837.182 €
Ativos Fixos Tangíveis	10.901.771 €	11.409.457 €	11.836.780 €
Outros activos financeiros	846 €	1.148 €	382 €
Activos por impostos diferidos	24.877 €	14.342 €	0 €
Ativo Corrente	1.249.426 €	1.252.856 €	1.135.107 €
Clientes	346.615 €	340.245 €	388.591 €
Estado e Outros Entes Públicos	11.303 €	62.202 €	14.064 €
Outras Contas a Receber	671.093 €	801.886 €	714.952 €
Diferimentos	3.321 €	3.783 €	3.287 €
Caixa e Depósitos Bancários	217.094 €	44.740 €	14.213 €
Total do Ativo:	12.176.920 €	12.677.803 €	12.972.289 €

2.4 Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Verificou-se uma redução, em 2017, do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, de 80 dias.

Descrição	2017	2016	2015
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	80	84	385

2.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)

Verificou-se, neste indicador, uma diminuição do Prazo Médio em 2017, de 59 dias.

Descrição	2017	2016	2015
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	59	54	89

2.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que **não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social** à data do encerramento das contas.

2.7 Factos relevantes

Importa aqui referir um aspeto importante a ter em conta, direta ou indiretamente, nos resultados apurados no exercício de 2017.

2.7.1. Acordo de pagamento com o fornecedor AdPF

A Gespaços mantinha uma dívida à entidade/empresa Águas de Paços de Ferreira, S.A. desde maio de 2010, sendo certo que desde fevereiro de 2016 os montantes devidos pelo fornecimento de água e drenagem de águas residuais estavam integralmente pagos. Essa dívida (maio de 2010 a fevereiro de 2016) ascendia ao valor de € 355.148,80.

Foi possível em 21 de março do corrente, chegar a um acordo extra judicial com a dita entidade, no sentido de a empresa municipal pagar o valor integral de € 202.299,20 à citada AdPF, considerando-se esta integralmente paga de todas as quantias que eventualmente pudesse ter direito até à presente data.

Desse acordo e à data de 31 de dezembro de 2017, faltam apenas pagar 5 prestações de 5.191,60 euros cada, para estar integralmente pago.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA



A atual administração da Gespaços, espera que o novo Conselho de Administração a ser investido nas funções brevemente, possa dar continuidade à atividade da Gespaços para que esta continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar, de forma cada vez mais eficiente, a utilização e gestão dos recursos de que dispõe.

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, conseqüentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados.

No entanto, há que ter em consideração que a eficiência económica e financeira prosseguida pelo Conselho de Administração, leva-nos a ter em mente a prestação de serviços de uma forma mais competitiva para mantermos vivo o objetivo, nem que seja paralelo, da diminuição da importância nas receitas da empresa do cliente Câmara Municipal.

Com as medidas de eficiência energética entretanto implementadas, para além da redução direta dos custos de funcionamento dos equipamentos, foi possível obter a Certificação Energética dos Edifícios Desportivos Municipais, um dos grandes objetivos atingidos.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período, positivo de € **9.671,26** (Nove mil, Seiscentos e setenta e um euros e vinte e seis cêntimos), transite para o período seguinte através da conta de Resultados Transitados.



CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Mais uma vez, o Conselho de Administração deseja expressar o maior reconhecimento pelo espírito de entreatajuda e pela importante colaboração, prestada por todos aqueles que de alguma forma prestam serviços à nossa Empresa Municipal, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram connosco no ano de 2017.

Importa, muito especialmente, agradecer a confiança depositada na empresa, pelo seu acionista único – **município de Paços de Ferreira** - que não sairá, cremos nós, em circunstância alguma defraudada, antes pelo contrário, sabendo que este olhará sempre para a Gespaços, com uma visão de “parceiro” e de uma forma atenta.

Paços de Ferreira, 23 de março de 2018


José Henriques Soares

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

- Os membros do Conselho de Administração não têm qualquer participação no capital social.
- O Fiscal Único não tem qualquer participação no capital social.

ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 ERAM DETENTORES DE, PELO MENOS, 10% DO CAPITAL SOCIAL

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira - 100% do Capital Social

Paços de Ferreira, 23 de março de 2018

José Henriques Soares

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Rua Capitão da Praça

4590-570 PAÇOS DE FERREIRA

CAPITAL SOCIAL: 11.358.894,07 €

Matriculada na C.R.C. de Paços de Ferreira sob o nº 00001/010710

Contribuinte nº 505 317 982

BALANÇO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	10 901 770,53	11 409 457,49
Outros activos financeiros	5	846,45	1 148,18
Activos por impostos diferidos		24 877,42	14 341,93
		10 927 494,40	11 424 947,60
Activo corrente	8		
Clientes	14	346 615,41	340 244,82
Estado e outros entes públicos	9	11 302,52	62 201,63
Outras créditos a receber	10	671 092,62	801 885,92
Diferimentos	4	3 321,49	3 783,01
Caixa e depósitos bancários		217 093,92	44 739,90
		1 249 425,96	1 252 855,28
Total do ACTIVO		12 176 920,36	12 677 802,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	11		
Capital subscrito	11	11 358 894,07	11 358 894,07
Resultados transitados	11	(570 724,36)	(727 945,48)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	11	558 810,18	685 327,99
Resultado líquido do período		9 671,26	157 221,12
Total do Capital Próprio		11 356 651,15	11 473 497,70
PASSIVO			
Passivo não corrente	12		
Passivos por impostos diferidos	15	148 544,47	178 534,23
		148 544,47	178 534,23
Passivo corrente			
Fornecedores	13	137 765,89	537 592,12
Estado e outros entes públicos	14	26 403,55	24 078,77
Financiamentos obtidos	12	350 000,00	305 000,00
Outras dívidas a pagar	15	156 555,30	158 100,06
Diferimentos	10	1 000,00	1 000,00
		671 724,74	1 025 770,95
Total do Passivo		820 269,21	1 204 305,18
Total do Capital Próprio e do Passivo		12 176 920,36	12 677 802,88

Técnico Oficial De Contas



A Administração



Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados	+	16	523 706,67	465 587,84
Subsídios à exploração	+	19	1 578 552,25	1 457 930,75
Fornecimentos e serviços externos	-	17	(614 144,88)	(475 618,03)
Gastos com pessoal	-	18	(1 095 769,36)	(1 057 768,80)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	(44 384,52)	(23 184,38)
Outros rendimentos	+	20	299 474,22	402 495,62
Outros gastos	-	21	(91 198,77)	(49 911,23)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		556 235,61	719 531,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(525 229,46)	(522 575,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		31 006,15	196 956,11
Juros e gastos similares suportados	-	22	(24 782,36)	(27 853,13)
Resultado antes de impostos	=		6 223,79	169 102,98
Imposto sobre rendimento do período	-/+	23	3 447,47	(11 881,86)
Resultado líquido do período	=		9 671,26	157 221,12

Técnico Oficial De Contas



A Administração



Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	1 765 000,08	2.273.468,32
Pagamentos a fornecedores	-	(1 005 449,76)	(828.259,51)
Pagamentos ao pessoal	-	(791 919,31)	(649.035,68)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(32 368,99)	796.173,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(394,35)	17,09
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	152 484,47	(496.854,97)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	119 721,13	299.335,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(17 542,50)	(95.233,63)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	55 001,41	22.005,25
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	37 458,91	(73.228,38)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	250 000,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(205 000,00)	(167.727,26)
Juros e gastos similares	-	(29 826,02)	(27.853,13)
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	15 173,98	(195.580,39)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	172 354,02	30.526,48
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	44 739,90	14.213,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	217 093,92	44.739,90

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração



ANEXO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

31 de Dezembro de 2017

1. Identificação da entidade

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte desse normativo as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade (adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras não foram derogadas quaisquer normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de Dezembro de 2017 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado ("deemed cost"), no caso dos adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciables. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	5-20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

Imparidade em ativos fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

Instrumentos financeiros

i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores

As dívidas de “Clientes” e “Outros Devedores” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de “Clientes” e “Outros Devedores” de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores

As dívidas a “Fornecedores” e “Outros Credores” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Especialização do Período

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de período seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4. Fluxo de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte:

	2017	2016
Caixa	11 857	5 498
Depósitos bancários	205 237	39 242
Total....	217 094	44 740

5. Outros activos financeiros

O valor desta rubrica refere-se ao Fundo de Compensação Salarial

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacinada	Saldos a receber em 2017	Saldos a receber em 2016	Saldos a pagar em 2017	Saldos a pagar em 2016
Câmara Munic. Paços de Ferreira - C/C	223 133	216 603	0	0
Total ...	223 133	216 603	0	0

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2017	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2016	Compras em 2017	Compras em 2016
Câmara Munic. Paços de Ferreira	1 809 336	1 634 547	0	0
Total ...	1 809 336	1 634 547	0	0

Os montantes de 2017 relativo às partes relacionadas inclui um total de 209.690€ a título de Prestações de Serviços e 1.578.552€ em subsídios à exploração. Relativo aos subsídios à exploração, 1.358.741 euros referem-se a Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e os restantes 219.812€ são referentes aos contratos-programa.

Relativamente a Outros Rendimentos o valor é de 21.094 euros relativos á refaturação de custos dos Jogos Concelhios, bem como o aluguer do palco e da aparelhagem sonora.

7. Ativos fixos tangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Transporte	Administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2016							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 206 227	763 354	15 883	83 690	46 014	0	14 115 168
Depreciação acumulada	1 922 442	227 716	5 629	79 200	43 382	0	2 278 369
Valor líquido	11 283 785	535 638	10 254	4 490	2 632	0	11 836 799
31 de Dezembro de 2015							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2016	11 283 785	535 638	10 255	4 490	2 632	0	11 836 800
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	12 000	58 807	0	8 115	16 312	0	95 234
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	455 173	60 869	938	2 537	3 059	0	522 576
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2016	10 840 612	533 576	9 317	10 068	15 885	0	11 409 457
31 de Dezembro de 2016							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 218 227	822 161	15 883	91 805	62 325	0	14 210 402
Depreciação acumulada	2 377 615	288 585	6 566	81 737	46 441	0	2 800 945
Valor líquido	10 840 612	533 576	9 317	10 068	15 885	0	11 409 457
31 de Dezembro de 2016							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2017	10 840 612	533 576	9 317	10 068	15 885	0	11 409 457
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	-16 961	34 504	-6 883	6 883	0	0	17 543
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	455 627	61 374	938	2 194	5 097	0	525 229
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2017	10 368 023	506 706	1 497	14 757	10 788	0	10 901 771
31 de Dezembro de 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 201 266	856 665	9 000	98 688	62 325	0	14 227 945
Depreciação acumulada	2 833 243	349 959	7 504	83 931	51 537	0	3 326 174
Valor líquido	10 368 023	506 706	1 497	14 757	10 788	0	10 901 771

8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a decomposição era a seguinte:

	2017	2016
Clientes	234 048	191 936
Perdas por imparidade	-110 566	-68 295
Partes relacionadas	223 133	216 603
Total ...	346 615	340 245

A dívida de clientes em 2017 com prazo até 90 dias cifra-se em 83.829,46 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 179.309,81 euros e a dívida superior a 180 dias é de 194.142,48 euros.

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Outras contas a receber	0	180 769
Imparidade das contas a receber	0	0
Outras contas a receber (liquido)	0	180 769
Outras contas a receber de partes relacionadas	671 093	621 117
Total ...	671 093	801 886

O montante relativo às partes relacionadas referem-se à faturação a, referente às Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2017 e a faturar à CMPF no decurso de 2018.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2017	2016
Seguros e Outros gastos	3 321	3 783
Rendas e Subsídios	(1 000)	(1 000)
Total ...	2 321	2 783

11. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e devido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de Dezembro de 2017 ascendia a 11.358.894 euros, representado por 189 314 901 (cento e oitenta e nove milhões trezentos e catorze mil novecentos e uma) ações nominativas e tituladas, com o valor nominal de 0,06 euros (seis cêntimos) cada.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução, após dos saldos de 2016:

	2017	2016
Resultados Transitados - Saldo Inicial	(727.945)	(743.730)
Aplicação de Resultados do Exercício N-1	157.221	15.785
Resultados Transitados - Saldo Final	(570.724)	(727.945)

A rubrica de "Outras Variações no Capital Próprio" inclui os subsídios para investimentos, líquidos de impostos diferidos, que foram atribuídos à GESPAÇOS no âmbito da requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2011 e da Promoção da Eficiência Energético-Ambiental nas piscinas municipais de Paços e Ferreira e Freamunde

e nos pavilhões de municipais de Paços de Ferreira e Modelos, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2013.

12. Financiamentos obtidos

O financiamento obtido está, na sua integralidade, denominados em euros e compreendem:

Crédito em regime de conta corrente - Em 7 de Maio de 2013 foi celebrado um contrato de abertura de um crédito em regime de conta corrente contraída junto da entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes, C.R.L., para apoio à tesouraria da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros). O capital utilizado vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior e acrescida de um “spread” de 5,5%. A 8 de Novembro de 2013, passado um semestre o Spread foi corrigido para 6,5%. A 31 de Dezembro de 2017 estava utilizado desta conta o montante de 350.000,00 euros.

Este contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente, tem associada uma hipoteca sobre o prédio urbano, composto por edifício de dois pisos e logradouro sito na Rua Padre Arnaldo Meireles, da freguesia de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Paços de Ferreira sob o número dois mil, duzentos e vinte de Freamunde, registado a favor da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A., inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 3059, com o valor patrimonial de 1.575.961,80 euros.

Resumindo esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 seguinte decomposição:

	2017	2016
Empréstimos bancários	350 000	305 000
Total ...	350 000	305 000
Dívida não corrente	0	0
Dívida corrente ...	350 000	305 000

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Fornecedores e outros credores	137 766	537 592
Partes relacionadas	0	0
Total ...	137 766	537 592

A dívida de fornecedores em 2017 com prazo até 90 dias cifra-se em 42.450,68 euros e a dívida superior a 180 dias é de 114.280,40 euros.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2017	2016
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	8 963	5 728
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 339	56 474
Total ...	11 303	62 202

Saldos Credores	2017	2016
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0	0
Imposto sobre Rend. P. Singulares	6 353	2 478
Contribuições para a Segurança Social	19 855	21 402
Outras tributações	196	199
Total ...	26 404	24 079

15. Outras contas a pagar

15.1 Outras contas a pagar – Passivo corrente

Resumindo, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Saldos Credores	2017	2016
Remunerações a liquidar	125 805	137 955
Outros acréscimos de gastos	30 312	19 607
Outros	438	538
Total ...	156 555	158 100

15.2 Passivo não corrente - Passivos por impostos diferidos

Saldos Credores	2017	2016
ON2 - Parque Urbano	148 544	178 534
Total ...	148 544	178 534

16. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2017 e de 2016, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2017	2016
Prestações de serviços:		
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	209 690	163 697
Utentes	259 267	251 846
Outras entidades	54 750	50 045
Total ...	523 707	465 588

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Outros Fluídos	119 728	125 750
Electricidade	104 796	106 636
Honorários	24 003	27 594
Água	85 132	61 450
Conservação e Reparação	173 686	48 969
Limpeza, higiene e conforto	30 411	27 436
Trabalhos especializados	12 809	17 020
Ferramentas e utens. desg. rápido	27 565	24 797
Outros	36 015	35 966
Total ...	614 145	475 618

18. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Salários e ordenados	876 385	846 340
Gastos com rescisão de contratos	12 908	29 140
Contribuições para a segurança social	189 571	174 096
Outras despesas c/ pessoal	16 905	8 193
Total ...	1 095 769	1 057 769

Os outros gastos com o pessoal englobam seguros acidentes trabalho, medicina no trabalho, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2017 foi de:

	2017	2016
Número médio de empregados	83	88
Número de empregados no fim do período	81	90

19. Subsídios à Exploração

	2017	2016
IEFP	0	0
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1 578 552	1 457 931
Total ...	1 578 552	1 457 931

20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Aluguer de Equipamento	41 399	36 349
Outros rendimentos suplementares	6 715	1 203
Custos dos bens sinistrados e amortizações	6 193	0
Imputação de subsídios para Investimentos	191 401	195 810
Correcções relativas a períodos anteriores	13 914	10 242
Outros rendimentos e ganhos não especificados	39 852	158 891
Total ...	299 474	402 496

O valor em outros rendimentos e ganhos não especificados inclui em 2016, 152.806,13€ referentes á anulação da dívida com ADPF - ÁGUAS DE PAÇOS DE FERREIRA, S.A., em 2017 inclui 18.965,19€ referentes á anulação da dívida com a EDP Serviço Universal, SA.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, repartiam-se do seguinte modo:

	2017	2016
Impostos	53 954	27 931
Correcções relativas a períodos anteriores	31 976	15 000
Insuficiência de estimativa de imp. s/ rendimento	250	
Outros gastos e perdas	5 019	6 980
Total ...	91 199	49 911

Em 2017 foi incluído 25.506,04€ na rubrica de Impostos, referente a uma taxa cobrada a título de despesas de trabalhadores das Autarquias locais ao SNS, inscrito no art.144º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro. Inclui também pelo mesmo motivo na rúbrica correcções relativas a períodos anteriores os valores de 9.510,12€ e 22.465,94€ referentes ao ano 2015 e 2016 respetivamente.

22. Gastos financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	24 782	27 853
Total ...	24 782	27 853

23. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Imposto corrente*	7 088	15 982
Imposto diferido	-10 535	-4 100
Total ...	-3 447	11 882

A estimativa de imposto foi apurada tendo em conta o regime geral do Imposto sobre o Rendimento (IRC), pelo que foi aplicada a taxa de 17% sobre 15.000,00€ da matéria coletável e o restante á taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, foi apurada derrama municipal à taxa de 1,5%, na medida em que os lucros tributáveis estão sujeitos a este imposto nos termos da Lei das Finanças Locais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Informamos ainda que a 31 de Dezembro de 2017 a Empresa tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

24. Passivos Contingentes

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o disposto na b), n.º1 do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2017 e 2016 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2017	2016
Honorários do Revisor Oficial de Contas	6 000	6 000
Total ...	6 000	6 000

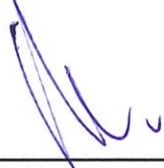
26. Outras Informações

Não existem outras informações para além daquelas apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

27. Data de autorização para emissão

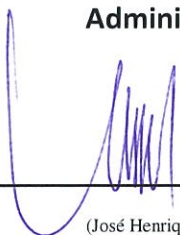
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 23 de Março de 2018.

Técnico Oficial de Contas



(Miguel Pinto, T.O.C. n.º 62433)

Administração



(José Henriques Soares)



CERTIFICAÇÃO LEGAL

DE CONTAS

E PARECER DO FISCAL ÚNICO